

ÉTICA, POLÍTICA E EPISTEMOLOGIA: BREVE ENSAIO SOBRE O PÓS-POSITIVISMO
E A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS*

Arthur Bernardes do Amaral**

“Na medida em que os teóricos das Relações Internacionais derrubam os muros do gueto – ajudados por seus amigos do outro lado – e deslizam para dentro da metrópole do pensamento social e político na esperança de juntar-se à vida da cidade e ajudar a moldar seu futuro, um olhar descontente lhes encontra os olhos” (Chris Brown, “Turtles All the Way Down”, 1994, p. 1656).

O ano de 1989 foi um divisor de águas no desenvolvimento da disciplina de relações internacionais. A publicação de *World of Our Making* de Nicholas G. Onuf (1989) [1] e do volume organizado por Michael Shapiro e James Der Derian (1989) em torno da questão da intertextualidade viabilizaria o deslanchar de vias intelectuais alternativas ao *mainstream*: o chamado “espírito de 1989” (Debrix, 2003: 3) impulsionaria contestações das bases fundacionalistas do pensamento positivista/racionalista. Neste mesmo ano, Yosef Lapid (1989) identificaria na questão epistemológica a base do chamado Terceiro Debate. Segundo o autor, estaríamos diante da cisão entre duas maneiras de pensar a realidade internacional: a disciplina se dividiria entre as perspectivas positivistas e pós-positivistas.

A crítica pós-positivista desfiaria os pressupostos do *mainstream* em vários âmbitos. Da questão da linguagem às normas e regras, da identidade ao Estado, múltiplos foram os (novos e velhos) campos pelos quais se enveredaram estas análises alternativas da questão internacional. Nesse sentido, caso tenhamos como proposta explorar novas temáticas e repensar antigas categorias, uma investida no sentido de refletir sobre a política faz-se indispensável. Esta empreitada, contudo, tem sido vítima freqüente de reações nada hospitaleiras [2].

Durante considerável parcela do século XX, o positivismo buscou ditar os limites dentro dos quais poderia se desenvolver a disciplina das Relações Internacionais de modo a efetiva e sistematicamente deslegitimar, desautorizar e marginalizar quaisquer abordagens que não se alinhassem a sua ortodoxia. Essa visão convencional requisita para si a prerrogativa de ter desvendado a realidade da política. A política teria uma essência própria a ela. Esta política propriamente

dita, nos termos realistas, seria a política do poder: para os autores desta corrente “a política trata da busca individual (nacional) pelo poder e seu gerenciamento coletivo” (Guzzini, 2005: 519). Esta busca é informada pela distinção entre um ambiente internacional onde prevaleceria, em última instância, a razão de estado e um âmbito interno onde prevalece a moralidade nacional. A dinâmica desta “política” (aspas minhas) internacional seria determinada pelos diferenciais de poder e sua distribuição.

Esta divisão entre espaços nos quais a moralidade é possível e locais onde ela não se aplicaria permeia tanto a concepção moderna de política quanto a noção convencional do caráter específico das RI (Walker, 1993). É a partir da contraposição binária entre a *política* dentro do estado territorial soberano e as meras *relações* interestatais no âmbito do sistema internacional que se constitui a fronteira entre as esferas nacional e internacional. Pautada por uma epistemologia positivista, esta concepção do *mainstream* se pretende objetiva, isto é, livre da influência de valores e decididamente atemporal. Contudo, esta resolução do problema da política na modernidade é, também ela, informada por um comprometimento ético específico.

Ao admitir uma separação geopolítica de várias particularidades e a conseqüente incapacidade de se estabelecer uma forma de vida política sujeita a princípios éticos nas relações internacionais, estamos tecendo considerações acerca das possibilidades éticas da boa vida política (Walker, 1993). O próprio fato de se negar a aplicabilidade de princípios éticos para além de certas fronteiras (nacionais) passa por um comprometimento igualmente normativo com a “ética da absoluta exclusão” (*idem*: 66). Em poucas palavras, só se torna possível advogar a impossibilidade da ética nas relações internacionais através de alegações éticas: mesmo as (meta)teorias com pretensão (sic!) de alcançar alguma neutralidade têm um inescapável componente normativo, pois implicam escolhas e de todas as escolhas decorrem exclusões. Nesse sentido, se política tem algo próprio dela, isto seria a responsabilidade ética dos agentes e nunca a absoluta ausência de moralidade. Em última instância, a “política propriamente dita” é intrinsecamente normativa, assim como todas as demais atividades humanas.

Caso admitamos que a política é a arte do possível (Guzzini, 2005) e aceitemos que nossa concepção de horizonte de possibilidades (éticas) está intimamente relacionada a nossos parâmetros ontológicos [o que compõe ou poderia compor o mundo], evidenciamos o caráter constitutivo, mais que meramente descritivo, que disciplinas (sic!) como as Relações Internacionais têm sobre a realidade das relações internacionais (Walker, 1993). Sendo uma realidade

social e/ou discursivamente constituída, ela não pode ser desvinculada da História. Tentativas de se alcançar leis gerais, ahistóricas e objetivas são equivocadas, pois tanto a política quanto o conhecimento – duas esferas indissociáveis, sobretudo, mas não unicamente, para autores pós-modernos – tem um caráter contingente e historicamente situado. A empresa pós-positivista almeja, exatamente, denunciar este caráter. No sentido de reforçar este perspectivismo teórico, nunca é demais lembrar que:

“A Teoria é [feita] sempre por alguém e para algum propósito. Todas as teorias têm uma perspectiva. Perspectivas derivam de uma posição no tempo e no espaço, [mais] especificamente tempo e espaço social e político. O Mundo é observado de um ponto de vista..., [logo] não há algo como a teoria em si mesma”. (Cox, 1986: 1539).

Desta maneira, toda política é ética, e toda ética é “conjunto dinâmico de práticas históricas” (Walker, 1993: 51). As abordagens pós-positivistas não meramente substituem a “política propriamente dita”; muito mais que isso, elas retomam o componente normativo esquecido pelas abordagens convencionais de modo a politizar as Relações Internacionais enquanto disciplina e prática política (Guzzini, 2005). Assim operando, estaríamos mais aptos a analisar a política propriamente dita (agora sem aspas). A politização mencionada anteriormente implica o reconhecimento do caráter social do poder e da política, nos permitindo pensar em contrafactuais e “questionar a inevitabilidade do status quo” (*idem*: 520). Em poucas palavras, a preocupação com a mudança e a potencialidade transformadora presente nas perspectivas pós-positivistas viabiliza uma postura crítica e engajada no sentido de pensar alternativas não só (meta)teóricas como também políticas para as a questão da comunidade política. Tal movimento, obviamente, tem gerado um certo desconforto entre abordagens mais conservadoras, que acusam as perspectivas críticas de não mais que se comprometer com uma concepção ética de transformação da esfera internacional em um mundo de fins. A “acusação” procede, ao menos em parte.

Efetivamente, informados pela rejeição de um ponto arquimediano a partir do qual entes particulares possam julgar inequivocamente a alteridade, as perspectivas críticas buscam se afastar de um engajamento político excludente e etnocêntrico (Brown, 1995). Abordagens assim comprometidas reconhecem que há “um dever [ético-normativo] de alargar as fronteiras das comunidades moral e política de modo a fazer com que todas as partes – tanto *insiders* quanto *outsiders* – desfrutem de direitos iguais como co-legisladores em um imaginário reino universal de fins” (Linklater, 1998: 84). Esta responsabilidade moral de se engajar

com a alteridade por meio de uma política/ética do diálogo, é claro, implica tratarmos a esfera internacional e os entes que a povoam como fins em si mesmos. Contudo, como argumentamos anteriormente, optar por não tomar esta via é uma escolha igualmente ética e, por isso, comprometida com um determinado mundo de fins em si mesmos: um mundo onde a soberania excludente e totalizadora da modernidade etnocêntrica é o fim em questão (Linklater, 1998).

Dessa forma, a “acusação” de que os pós-positivistas negligenciariam a política propriamente dita na tentativa de transformar a esfera internacional em um mundo de fins simples e obviamente não procede. Denunciando a contingência espaço-temporal da política e do conhecimento, as abordagens críticas expõem a fragilidade de argumentos convencionais que buscam desvincular a ética da política: torna-se claro que ao invés de mutuamente excludentes, estamos diante de categorias que se co-constituem. Conceitos como o de poder efetivamente “define[m] o reino da ação política e a justificam” (Guzzini, 2005: 508) ao nos informar discursivamente os limites de nosso horizonte de possibilidades. Este poder performativo e o papel constitutivo que tanto o discurso quanto o conhecimento desempenha sobre as práticas políticas é uma das principais contribuições do pensamento pós-positivista.

Em última análise, se há alguma política propriamente dita, estaria seria uma política inexoravelmente ética, como quaisquer outras relações sociais. A questão é, pois, com que sorte ética nos engajamos. Uma vez profanado o épico positivista, cabe aos agentes a responsabilidade da escolha entre, de um lado, uma ética/política/epistemologia conservadora, excludente, ahistórica e, de outro, um comprometimento normativo com projetos mais dialógicos, inclusivos, *talvez* emancipatórios.

NOTAS

[1] Para uma versão mais didática do argumento original de 1989, ver Onuf (1998).

[2] Para uma competente discussão das reações contrárias mais comumente referenciadas e de maior repercussão na área, ver Smith (2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Chris. “Turtles All the Way Down’: Anti-Foundationalism, Critical Theory and International Relations.” LINKLATER, Andrew (Editor). *International Relations:*

Critical Concepts in Political Science, Volume 4. Florence, KY, USA: Routledge, 2000 [1994].

BROWN, Chris. "International Political Theory and the Idea of World Community". *International Relations Theory Today*. BOOTH, Ken e SMITH, Steve. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995.

COX, Robert. W. "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory". LINKLATER, Andrew (Editor). *International Relations: Critical Concepts in Political Science, Volume 4*. Florence, KY, USA: Routledge, 2000 [1986].

DEBRIX, François. "Language, Nonfoundationalism, International Relations". *Language, Agency, and Politics in a Constructed World*. DEBRIX, François. Armonk, New York: M.E. Sharpe, 2003.

GUZZINI, Stefano. "The Concept of Power: a Constructivist Analysis." *Millennium: Journal of International Studies* 33 (3), 2005, p. 495-522.

LAPID, Yosef. "The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era." *International Studies Quarterly* 33(3), 1989, p. 235-254.

LINKLATER, Andrew. *The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*. Columbia: University of South Carolina Press, 1998.

DER DERIAN, James e SHAPIRO, Michael J. *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. New York, Lexington Books, 1989. p. 207-229.

ONUF, Nicholas. "Constructivism: A User's Manual". *International Relations in a Constructed World*. KUBALVOVA, Vendulka; ONUF, Nicholas Greenwood; KOWERT, Paul. Armonk, New York, M. E. Sharpe, 1998.

SMITH, Steve. "The discipline of international relations: still an American social science?" *British Journal of Politics and International Relations* 2(3), 2000, p. 374-402.

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RESUMO: Durante a maior parte do século XX, o positivismo buscou ditar os limites dentro dos quais poderia/deveria se pensar a disciplina das Relações Internacionais. Neste contexto, as teorias tradicionais requisitavam para si a prerrogativa de terem descoberto a "realidade da política". Neste breve ensaio, critico esta pretensão, demonstrando as contradições inerentes aos discursos que negam a possibilidade de existência ética e normativa no ambiente internacional. Defendo, como alternativa, que exploremos o potencial analítico das abordagens pós-positivistas para que possamos compreender melhor o nexo entre Ética, Política e Epistemologia no âmbito da teoria/prática das relações internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Política; Epistemologia; Pós-positivismo; Teoria das Relações Internacionais.

ABSTRACT: During most of the 20th century positivism sought to impose the limits within which the International Relations discipline could/should be thought. In this context, traditional theories claimed the prerogative of uncovering the “reality of politics”. In this short essay, I criticize this pretension showing the inherent contradictions present in discourses that denies the possibility of an ethical and normative existence in the international realm. I proposed, alternatively, that we should explore the analytical potential of the post-positivist approaches for a better understanding of the nexus between Ethics, Politics and Epistemology in the theory/practice of International Relations.

KEY-WORDS: Ethics; Politics; Epistemology; Post-positivism; International Relations Theory.

* Agradeço ao professor João Pontes Nogueira (IRI – PUC-Rio) pela oportunidade de participar dos instigantes debates promovidos em suas aulas. Sem o estímulo do professor, esta humilde contribuição não seria possível. Possíveis falhas e/ou omissões, obviamente, são de minha exclusiva responsabilidade.

** Mestrando em Relações Internacionais (PUC-Rio). Pesquisador do Laboratório de Estados do Tempo Presente (UFRJ). Contato: arthur.bernardes@gmail.com